

# PEC 32/20

## PREJUÍZOS A TODOS

As possíveis demissões comprometem a própria oferta de serviços à população. Áreas sensíveis como a Saúde e a Educação, que já sofrem com a falta de profissionais, poderão enfrentar cenários ainda piores. Nos últimos três anos, após a publicação do Teto de Gastos, a taxa de reposição de funcionários que se aposentam é a menor da série histórica. A consequência da falta de servidores penaliza os mais pobres, que deixam de ser atendidos. A Reforma Administrativa também planeja mudanças na contratação dos funcionários públicos, equiparando ao que já é praticado na iniciativa privada. Um dos novos dispositivos abre margem para a efetivação baseada no apadrinhamento ou a famigerada “indicação”. Assim, uma pessoa melhor classificada na prova de competência poderá ser preterida por outra que tenha algum conhecido na administração pública. A mudança trará uma queda na qualidade dos serviços prestados.

### PRIVATIZAÇÕES

Direitos como Saúde e Educação, garantidos pela Constituição, poderão virar mercadorias. Isso por que a PEC 32 radicalizará as relações entre o público e o privado. Aprofundando as Participações Público Privado (PPPs), os instrumentos de cooperação previstos permitirão que empresas executem serviços públicos utilizando a estrutura já existente. Uma transferência explícita de riqueza pública ao setor privado.

